

POR UMA UNIVERSIDADE POPULAR

**NÃO
CRUZAREMOS
OS BRAÇOS!**



**programa
de trabalho**

**PROPOSTO PELAS
COMISSÕES DE CURSO**

a.e.f.c.l.

maio / junho 73

ELEIÇÕES EM CIÊNCIAS

DEFINAMOS O TRABALHO A FAZER



TORRE
do
TOMBO

Todos nós temos ainda em mente o que aconteceu este ano em Ciências.

Interessados em não deixar prosseguir a nossa luta dos dois anos anteriores, contra o Conselho Escolar, contra a aplicação da Reforma, pela liberdade de informação e reunião, querendo desorganizar-nos a todo o custo, as autoridades reprimem ferozmente

- dois colegas por nós eleitos para a nossa direcção, A Glória Ramalho e o Pedro Ferraz de Abreu, foram expulsos por dois anos da Universidade
- meia centena de colegas foram suspensos da faculdade por seis meses
- 13 colegas foram incorporados compulsivamente no Exército com base em informações do Conselho Escolar
- a polícia invade sucessivamente a faculdade para impedir reuniões, os cartazes são arrancados das paredes.

Colocados perante esta situação nova, é extremamente importante que nos debruçemos sobre ela para discutirmos o que vamos fazer.

Como é que vamos responder às tentativas de aniquilamento da nossa organização -a ameaças constantes de suspensões e incorporações e os actuais processos disciplinares?

Como é que vamos prosseguir na defesa dos nossos interesses?

A maioria de nós tem já uma importante experiência de luta:

- em 70/71 conseguimos quebrar com o marasmo dentro da faculdade, impondo a alteração de cadeiras, de exames, etc.
- em 71/72 conseguimos impor a livre informação dentro da faculdade apesar do director e de todo o CE o quererem impedir a todo o custo
- nesse mesmo ano expulsámos os gorilas de cá.

É tendo em conta toda essa experiência, todas as lutas travadas e os seus resultados ; analisando os aspectos positivos e corrigindo os erros cometidos que conseguiremos definir uma orientação para o trabalho associativo neste momento.

É baseando-se nessa mesma experiência que os estudantes das comissões de curso apresentam este programa a todos os estudantes de Ciências.

POR UMA UNIVERSIDADE POPULAR !



A todos nós que frequentamos actualmente a Universidade, uma questão se coloca com bastante frequência: que fazer, uma vez o curso tirado ? Onde e para quem (entenda-se ao serviço de quem) empregaremos os nossos esforços, o nosso trabalho ? A resposta é facil. Basta-nos analisar os casos concretos das "saídas" que se nos apresentam:

É a de ser médico numa situação em que a Medicina é encarada puramente como mercadoria. Um produto sujeito à lei da oferta e da procura e que só os ricos podem alcançar. Os trabalhadores, esses, ficam miseravelmente assistidos pelas Caixas de Previdência que só de lucro tiraram em 1972 três milhões de contos.

É também o caso da industria dos remédios. Anàlogamente ao caso anterior eles não estão previstos de acordo com as necessidades do Povo, antes a função exclusiva do lucro.

É assim que os grandes potentados que fabricam os medicamentos adquirem o exclusivo da venda de determinados produtos e acabam por estabelecer eles próprios o preço que lhes convém: isto é, segundo o princípio já bem conhecido "quanto mais lucro melhor" !

E é finalmente a possibilidade de vir a ser professor, profissão por excelência dos estudantes que aqui (em Ciências) se formam.

Eles são afinal os pilares que suportam todo um Ensino caduco feito de fórmulas , de memorização, de teorias abstractas, que nada têm a ver com os problemas que ao Povo se levantam. Antes pelo contrário, serve apenas para embrutecer, para iludir sobre os reais problemas da população trabalhadora, servem em ultima análise para criar técnicos economistas, engenheiros que poderão vir a tornar o seu trabalho mais rendoso para os patrões.

Esta é a função actual da Universidade - a de favorecer os donos das fábricas, dos bancos, das terras, em detrimento de quem trabalha, de quem produz toda a riqueza e que vê a sua miséria cada vez mais agravada.

SITUAÇÃO INTERNA À UNIVERSIDADE : A CONFUSÃO TOTAL

Internamente à Universidade é o que já sabemos:

- A tentativa de aplicação duma reforma que os patrões já vinham achando como necessária para o melhor aproveitamento dos técnicos nas suas fábricas

- É o restringir do limite de faltas, os exames mais frequentes, os testes constantes, os programas mínimos, de uma forma geral a tentativa para garantir que a atenção maioritária dos estudantes seja exclusivamente virada no sentido do estudo das matérias que lhes impingem (e o desvio das atenções para outros problemas sempre lhes pareceu muito perigoso....) .

- É a consequente aplicação da força bruta quando não sobram argumentos nem já conseguem convencer ninguém que as transformações que propõem para o ensino se destinam a uma melhoria das condições de vida do Povo português "a bem da nação", ou o que quer que seja no mesmo estilo.

E assim nos surge polícia dentro das escolas; os zelosos gorilas esforçando-se por se conseguirem manter nas Faculdades; assim nos surgem também as suspensões, as expulsões, as incorporações.

O QUE CONTRAPONOS NÓS A ESTA UNIVERSIDADE

Uma Universidade do Povo e para o Povo.

Isto é: uma Universidade em que o ensino esteja perfeitamente integrado com a resolução dos problemas sociais que mais afectam a população trabalhadora: questões tais como a habitação, a saúde, a produção.

uma Universidade em que o estudante já não é mais um ente que passa vinte anos afastado, internado, encerrado nas quatro paredes de uma escola, liceu ou faculdade, mas um elemento activo da sociedade que participa na sua construção e na sua alteração.

uma Universidade em que o critério de entrada não sejam as capacidades económicas das famílias

uma Universidade que forme indivíduos que, regressando ao trabalho nas fábricas e nos campos possam ser úteis ao povo; e não "senhores doutores" ou "engenheiros" que colaboram na sua exploração.

COMO DEVEMOS CAMINHAR LUTANDO POR ESSA UNIVERSIDADE POPULAR

De facto nós sabemos que só por nós não conseguiremos impôr uma Universidade como a definimos

Como deveremos caminhar no sentido dessa mesma universidade ?

1 - Falemos novamente dos velhos problemas das faltas, dos testes obrigatórios dos exames etc. Todos eles se destinam a mobilizar, a dirigir toda a nossa tenção para o marranço, para o empinanço, para o canudo. Todos eles procuram simultaneamente limitar o tempo para tratarmos de questões que se nos revelam do interesse colectivo. É assim que as reuniões surgem difíceis de realizar dada a profusão de horas de aulas e a confusão dos horários, a proximidade de testes ou de exames.

Faz sentido portanto que digamos

- não aos testes obrigatórios !

- não as faltas !

- não aos programas mínimos !

O desaparecimento destes processos forçados de garantir o nosso "interesse" pelos programas que nos impingem, será portanto um dos objectivos intermédios da nossa luta pela Universidade Popular.

2 - Do mesmo modo não queremos os produtos acabados da Reforma que são os gorilas vigilantes, os professores polícias e os pides contínuos, criados expressamente para impedir toda e qualquer tomada de posição que vá contra os interesses que eles se empenham em defender -- os do Governo e dos patrões que ele representa.

Queremos continuar a garantir a i-formação em Ciências, tanto dos que se passa internamente à Faculdade como fora dela.

Queremos continuar a garantir as nossas possibilidades de reunião de discussão, e tomadas de posição colectiva.

- Por uma livre informação e reunião !

Este o outro objectivo intermédio que definimos na nossa luta **POR UMA UNIVERSIDADE POPULAR !**

FINALIDADES PRINCIPIOS E LIMITES

DO MOVIMENTO ASSOCIATIVO



Analizando o que se passa em todas as escolas do país - em particular em Ciências - constatamos que quando os estudantes lutam contra os aspectos selectivo, autoritário e acríptico do ensino, explicitando as causas desse ensino, pretendendo discutir problemas que os afectam enquanto pertencentes a uma determinada sociedade, os seus interesses chocam com os do governo. É a partir deste choque que se gera o nosso movimento.

É precisamente a defesa dos interesses dos estudantes nesta perspectiva progressista, de modo a aumentar a sua capacidade crítica face à sociedade em que vivem, que constitui a finalidade do MA.

Para que o MA se enquadre na corrente progressista pela evolução e transformação histórica da sociedade, para que ele cumpra a sua finalidade, é necessário que ele saiba organizar a grande maioria dos estudantes em torno dos seus problemas colectivos, explicitando por acções práticas as suas causas profundas e o método correcto de os resolver - é neste sentido que o MA fica caracterizado como um movimento de massas com carácter sindical legal.

É a partir desta caracterização do MA que resultam, como condições fundamentais para a sua actuação prática, os princípios base por que ele se deve reger.

PRINCÍPIOS DO MA

Democraticidade: a democraticidade de uma AE deve ser encarada como um método de trabalho a aplicar em toda a actividade associativa, não porque ela nos encante em abstracto, mas porque é condição necessária para que qualquer movimentação de estudantes em torno dos seus problemas colectivos seja de facto vitoriosa.

Na verdade,

- . só com a participação activa de todos os estudantes no delineamento das tarefas,
- . só com o total e profundo esclarecimento das questões que se lhes levantam no dia-a-dia,
- . só com o efectivo controle por parte de todos os estudantes no Movimento (com a sua participação em todas as reuniões associativas, sejam elas reuniões de colaboradores, reuniões de Direcção, ou qualquer tipo de reuniões federativas),
- . só com a submissão das minorias às decisões das maiorias,

é possível garantir que as acções levadas para a frente correspondam efectivamente aos seus interesses e tenham o seu apoio activo.

Apoliticidade e arreligiosidade: é por ser um movimento de massas, devendo integrar todos os estudantes independentemente das suas concepções políticas ou religiosas individuais, que o MA deve também adoptar o princípio da apoliticidade e arreligiosidade.

Não significa no entanto este princípio que as AAE se abstraíam de tomar posições

políticas. Simplesmente elas não corresponderão a um estado de consciência de grupos restritos ou de indivíduos, mas sim a um avanço global da maioria dos estudantes.

Representatividade e unicidade: são precisamente os dois princípios anteriores que garantem ao Movimento Associativo a sua Representatividade e Unicidade. Com efeito sendo um movimento de massas, funcionando em moldes perfeitamente democráticos e englobando todos os estudantes, o MA garante assim ser o único movimento dos estudantes, verdadeiramente representativo de todos eles na luta pela defesa dos seus interesses.

LIMITES DO MOVIMENTO ASSOCIATIVO

Vimos acima que o MA não se abstinha (pelo menos por princípio) de tomar posições políticas. Contudo, ao analisar esta questão é necessário ter em conta uma outra característica do Movimento - a sua legalidade.

No entanto a legalidade não se identifica exclusivamente com a legislação existente. Ela depende, em cada momento, da situação de força relativa entre por um lado as camadas progressistas da população - entre elas os estudantes - e por outro, as autoridades governamentais e quem elas representam. Temos um bom exemplo disto na imprensa associativa: embora a chamada lei de imprensa preveja a censura prévia sobre todas as publicações, mantêm-se a saída regular de todos os jornais editados pelas AAEE.

É tendo em atenção a legalidade, no seu verdadeiro significado, que deveremos saber determinar os limites do Movimento Associativo. Nessa medida, nem toda a movimentação estudantil se poderá identificar com o MA. Quando as lutas dos estudantes ultrapassam a legalidade apontada, não cabe às AAEE liderizá-las.

ANALISEMOS OS PRINCIPAIS PROBLEMAS DAS TURMAS ESTUDEMOS A SUA RESOLUÇÃO



TORRE
TOMBO

Discutir os problemas pedagógicos não é só discutir as aulas mal dadas, as matérias ininteligíveis, as cadeiras que não interessam a ninguém ou os professores incompetentes. É também discutir porque é que isso acontece na Universidade e a maneira como tudo isto deveria ser.

Sempre que pensamos nos inúmeros problemas que as cadeiras têm, chegamos à conclusão - são que eles não têm origem na boa ou má vontade dos professores.

Vejamos a questão das "aulas ditadas", fenómeno tão frequente na Faculdade. Terão os professores, na sua grande maioria, algum empenho em as modificar? É imediato que não. Primeiro porque o problema deles é cumprir o "programa mínimo" e não dar-nos uma perspectiva científica; segundo porque assim "até era mais fácil dar aulas"; terceiro porque não discutem connosco as matérias decididas pela reforma. Se analisarmos bem chegamos à conclusão que estes factores se acentuam, à medida que eles (profes) sobem na hierarquia...

A reforma que eles defendem são coisas como passar as faltas de 2/3 para 3/4; coisas como fazer depender a ida a exame da informação do professor; coisas como inventar "programas mínimos"; coisas como arranjar mais precedências, aumentando ainda mais a selecção e os ritmos da matéria.

E nós bem sabemos que isto não acontece por acaso. Está relacionado com a própria função da universidade actual. É por isso que não podemos deixar "correr as coisas" à espera que o senhor doutor resolva o nosso problema.

Façamos como fizemos no ano passado e há dois anos. Tomemos nas nossas mãos a alteração de todas estas questões. Só assim teremos a certeza de que serão resolvidas.

Vejamos então quais são os principais problemas pedagógicos que a tentativa da aplicação da reforma tem trazido para as nossas turmas, e que nos surgem frequentemente no dia-a-dia nas aulas, nos testes, nos exames, etc.

- os exames do 1º semestre e a imposição de "programas mínimos"

Que se passou nos nossos exames do 1º semestre?

Em várias cadeiras, surgiram os "programas mínimos" traduzindo-se, na prática, por muitas páginas de matéria não dada nas aulas e exigidas depois para exame.

Foi assim por exemplo, em Geologia (Engenharia- 2º ano de Civil) em que os estudantes se recusaram colectivamente a ir ao exame, perante a posição intransigente do professor em manter capítulos que não tinha explicado nas aulas e, para cujo estudo, apenas existia um único exemplar dos seus próprios "apontamentos" (cheios de gralhas).

Foi assim também em mecânica quântica (Física do 3º ano) em que um número mínimo de colegas apareceram no exame; em Electromagnetismo I (Física do 2º ano); etc.

Já neste semestre ouvimos falar em programas mínimos. E nós sabemos bem o que eles são: em alguns casos, a matéria para cadeiras semestrais é igual ao que era quando as cadeiras eram anuais.

Dar aulas para as vitrines - eis o ensino através da afixação de sumários de matéria não explicada. Será isto certo?

É evidente que não. A matéria que não é dada não deve vir para exame, nós devemos combater a afixação de sumários e os professores que o fazem (em geral sob o pretexto de que faz parte do programa mínimo).

- as aulas, o ritmo acelerado das matérias e o ditado

Que se passa no dia a dia nas nossas aulas?

Na mira de conseguir cumprir todo o seu programa, os senhores professores despejam matéria com cada vez maior velocidade (recorrendo muitos deles ao sistema de ditado) impedindo simultaneamente que surjam dúvidas, que se discuta ou ponha em causa o conteúdo da matéria, ou a forma como ela é dada. Os teoremas vão aparecendo uns atrás dos outros, cada vez mais... - não, agora não digam nada, não ponham dúvidas, isso fica para depois, senão atrasamo-nos!...

Como lutar contra isto? Procurando controlar o ritmo das aulas, interrompendo o professor, pondo dúvidas. Em relação às aulas ditado, organizemo-nos para assegurar que teremos folhas com os apontamentos para estudar - dispensando desta forma o ditado - e façamos com que nas aulas o professor explique minimamente a matéria.

- o desfasamento entre as teóricas e as práticas; as aulas de dúvidas, as aulas suplementares e as outras

Entretanto nas aulas práticas (onde o controle através das faltas, relatórios, etc. procura apertar-se) "esclarece-se" tudo.

...e vão-se fazendo problemas de bolas e urnas, correspondentes às primeiras aulas teóricas quando nestas já aparecem fórmulas esquisitas vindas não se sabe donde, talvez de dentro das urnas...

É assim na cadeira de Probabilidades e Estatística e, como nessa, é assim em quase todas.

Noutros casos, as aulas práticas servem para demonstrar teoremas, explicar o que não ficou claro" nas teóricas, etc.

Que fazer em relação a este problema?

Controlar, como já vimos, o ritmo das aulas teóricas (caminhando no sentido de acabar com o desfasamento) considerar e defender que a matéria dada nas teóricas, mas à qual não corresponderam quaisquer aulas práticas, não deve vir para exame. Há ainda as aulas de dúvidas, aulas suplementares (...) etc, inovações da reforma, iguaizinhas a todas as outras - que servem para sobrecarregar os nossos horários com horas e horas de aulas onde se explica (?) o que deveria ter sido dado nas outras (quantas vezes matéria nova que vem para exame!) que servem (como sempre) para nos dar a escolher entre o marranço puro e simples e o chumbo.

Denunciemos os professores cuja preocupação é cumprir todo o seu programa, quer a matéria seja dada (a correr) nas aulas, nas de dúvidas, nas práticas, nos corredores ou simplesmente nas vitrines - e que ao mesmo tempo se tentam impor a tudo o que possa atrasar, como as questões que nós levantamos, reuniões, discussões, informações nas turmas, etc.

Não permitamos também que se criem aulas "novas" que sejam (como o são actualmente na sua maioria) uma maneira de "tapar buracos", remediar males próprios das outras, como "falta de tempo" para dar todo o programa mediocramente nas aulas, etc.

-os testes- as frequências obrigatórias e eliminatórias

Eis uma outra inovação da reforma! Até agora os testes tem aparecido "camuflados" em condições especiais com maior ou menor influência no exame final.

Em qualquer caso, como a reforma os prevê, eles são um processo artificial e incorrecto de precionar os alunos a estudar. Isto acontece quando limitados ao dilema "marranço ou chumbo" somos empurrados para uns testes quaisquer desde que se vislumbre uma hipótese de nos safarmos, de facilitar o exame.

Temos que compreender que a nossa indiferença perante esta questão levará a que num futuro mais ou menos próximo, os testes nos apareçam como uma forma cada vez mais nitida dentro do espirito da reforma - as frequências obrigatórias e eliminatórias!

Alguns problemas como testes começaram já a surgir. É importante que saibamos regeitar os testes em moldes incorrectos, aceitando-os quando:

- não sejam obrigatórios nem impessam ninguém de ir a exame;
- não possam ser utilizados como informação no exame final, havendo possibilidade de dispensa deste para os estudantes interessados;
- os testes devem ainda ter uma apreciação crítica para que os estudantes vejam onde estão as suas deficiências na compreensão da matéria e para que o professor corrija eventualmente os seus erros na explicação da mesma.

Se bem que todos estes problemas se apresentem diferentes eles têm uma origem comum: são os diferentes aspectos da Reforma e tudo o que esta implica: o aumento do ritmo de matérias, o controle sobre o teor dos estudos, a selecção, como forma de nos continuar a submeter a um ensino que não serve as necessidades da população trabalhadora que nós queremos servir.



FACULDADE
DE CIÊNCIAS
DE COIMBRA

QUAIS SÃO AS ALTERNATIVAS QUE NOS RESTAM COM VISTA À RESOLUÇÃO DESTAS QUESTÕES?

1. Apenas não procurar a sua resolução, "conformando-nos apáticamente com o inevitável"
É a posição derrotista. A posição assumida por alguns colegas que, não sendo capazes de acompanhar o ritmo de exposição de determinada cadeira desistem de ir às aulas; e também aqueles que sentindo dificuldades na preparação de certa cadeira simplesmente desistem de fazer exame. Foi o que aconteceu no 1º semestre em muitos casos, por exemplo em Mecânica Quântica, Electromagnetismo I, etc.

Ora, a experiência que possuímos de anos anteriores mostra quantas vezes, quando nos têm surgido problemas deste género, nós os temos sabido resolver vitoriosamente e portanto como é errada esta posição.

2. A lamechice individual (tentando resolvê-los conquistando as boas graças dos professores, por vezes até a custa de prejudicar os colegas) e do delegar nos professores a resolução dos nossos problemas

Poderão os estudantes efectivamente resolver os seus problemas utilizando a lamechice, a pedinchice ou mais geralmente por acções individuais junto dos professores?

- Será que estes estarão mesmos dispostos a um "diálogo aberto e construtivo" com os estudantes "desde que estes se lhes dirijam de maneira ordeira (individualmente ou em pequenos grupos) para lhes exporem os seus problemas"?

Estão. Os professores ^{estão} dispostos a resolver os problemas levantados pelos estudantes individualmente ou em pequenos grupos desde que se trate de pequenas questões individuais ou abrangendo um número pequeno de estudantes (nunca a tratando como um problema colectivo) e desde que a sua resolução não vá de encontro ao funcionamento normal da faculdade".

Vejamos um exemplo:

Um aluno dirige-se a um professor e, perante a proximidade de um teste, explica-lhe que em virtude do ritmo demasiado rápido de exposição da matéria e da acumulação de testes a que tem sido submetido não conseguiu apreender suficientemente a matéria para fazer o teste no dia X. Perante esta questão, o professor "muito compreensivo" poderá efectivamente adiar o teste para o dia X+3. Mas o verdadeiro problema, que é no fundo um problema colectivo - o facto de a matéria ter sido exposta a um ritmo que os estudantes não puderam acompanhar - esse não o resolverá ele. Assim, os estudantes terão apenas mais tempo para apreender aquilo que poderiam efectivamente ter apreendido nas aulas se o ensino fosse ministrado de forma crítica com a sua participação activa.

E porquê? Porque o ensino acrítico e passivo, "despejado" do professor para o aluno "empinar", com o conseqüente ritmo acelerado de exposição é precisamente um daqueles pontos que muitos srs. professores consideram fundamentais para o funcionamento normal da faculdade, um daqueles pontos que eles guardam ciosamente como um tesouro - apenas cedendo quando os estudantes a isso os obrigarem.

3.3. A discussão alargada; a organização colectiva - único método correcto para a resolução dos nossos problemas.

Muitos de nós já temos consciência da incorrecção das duas posições anteriores e assim, quando se nos levantam problemas dentro da faculdade, procuramos juntarmo-nos com alguns colegas (normalmente aqueles com quem contactamos mais frequentemente). Discutimos, chegamos por vezes a conclusões. Mesmo que outros grupos de estudantes discutam a mesma questão e ainda que cheguem às mesmas conclusões na prática isso pouco significa.

Se um curso, ou um ano, ou mesmo uma turma, tiver um problema colectivo, ele deve ser discutido e resolvido por todos. Depois devemos-nos organizar para levar para diante esse decisão.

EM CONCLUSÃO:

.É recusando a bajulação dos professores e as "soluções individuais",

.É reunindo e discutindo colectivamente os nossos problemas,

.É tomando posições e organizando-nos para as levar para à frente,

que nós conseguiremos verdadeiramente resolver os nossos problemas nas turmas.

SOBRE O TRABALHO CULTURAL



Temos ainda bem presentes as múltiplas "lavagens ao cérebro" a que nos foram submetendo durante anos e anos de uma determinada educação:

Duma forma geral todos os organismos oficiais de ensino sempre se caracterizaram por tentarem inculcar em nós uma mentalidade de aceitação passiva, disciplina cega em relação ao estado actual da sociedade portuguesa.

- Eram na escola e no liceu, entre outras, as aulas de história nas quais todas as alterações sociais se explicavam pelas vontades e disposições dos chefes, dos governos, ficando na sombra, esquecido, todo o papel verdadeiramente actuante e transformador das populações trabalhadoras, das suas lutas progressistas.

- São na Universidade as toneladas de matéria a decorar, os testes e exames a toda a hora, o incentivamento da luta cega pelo canudo; de uma forma geral, a tentativa para evitar no estudante uma posição de crítica ou mesmo de recusa perante as características gerais deste ensino.

Exteriormente às estruturas educacionais, os organismos de divulgação cultural actuam da mesma forma, em uníssono com os primeiros:

- É a rádio e a imprensa que nos martelam permanentemente com a deformação dos acontecimentos.

- São os filmes e a televisão que se encarregam de enaltecer, a cores ou a preto e branco, a situação actual, de divisão entre exploradores e explorados como justa e impercível.

De tudo isto nós temos a plena consciência. E é por sabermos que não podemos esperar do governo e das suas iniciativas qualquer alteração em relação a esta situação que nós organizamos para impedir a perpetuação destas múltiplas "lavagens".

É assim que surge como natural o trabalho cultural numa Associação.

Ele consiste afinal:

- em facilitar a aquisição de dados certos em relação aos acontecimentos
- em programar e incentivar discussões sobre esses mesmos acontecimentos, suas causas e consequências.
- em suma, em estimular o estudante para um progressivo aumento da sua capacidade crítica.

Quais as formas concretas que este trabalho pode revestir actualmente em Ciência?

Há que escolher, em primeiro lugar, cuidadosamente os temas - para isso temos de procurar os que poderão ser do interesse colectivo dos estudantes (1), que sirvam, simultaneamente para lhes dar uma perspectiva certa do momento actual.

Assuntos como o da não neutralidade da Ciência, o do subdesenvolvimento e o da fome poderão servir de base:

- à exibição e discussão de determinados filmes
- à realização de colóquios e de debates
- à edição de cadernos culturais que forneçam dados concretos sobre os assuntos em causa.

Estas as actividades principais que se poderão levar a cabo durante o ano.

Para isso há que pensar na melhor forma de as passar á prática.

Para isso existem as comissões de curso.

Depois dos estudantes, em conjunto, terem definido um tema que na altura encarem como do seu interesse,

- serão as comissões de curso a programar, a organizar e a apresentar as sessões, colóquios ou outras actividades que propuserem.
- caber-lhes-á finalmente a prévia introdução do assunto em estudo aos colegas através da edição de textos que facilitem a sua discussão.
- no EIC - revista cultural da nossa associação.

LUTEMOS CONTRA O EMBRUTECEMENTO E A PASSIVIDADE!

É assim que surge como natural o trabalho cultural da Associação.

Ele constitui o núcleo da actividade da Associação.

Em facilitar a produção de obras certas em relação aos acontecimentos

em Portugal é o objectivo da Associação.

Em promover a divulgação das obras produzidas sobre estes temas

em Portugal, mas também e sobretudo no estrangeiro.

Em ajudar, em estimular e colaborar para um progresso constante

da sua capacidade crítica.

Em ajudar, em estimular e colaborar para um progresso constante

da sua capacidade crítica.

Em ajudar, em estimular e colaborar para um progresso constante

da sua capacidade crítica.

Em ajudar, em estimular e colaborar para um progresso constante

da sua capacidade crítica.

Em ajudar, em estimular e colaborar para um progresso constante

da sua capacidade crítica.

Em ajudar, em estimular e colaborar para um progresso constante

da sua capacidade crítica.

(1) Nunca devemos esquecer que, sendo a AE um organismo de todos os estudantes, deverão as suas actividades principais subordinar-se ao interesse da maioria. Não cabe portanto o desenvolvimento do trabalho no estilo clu bista, do grupo dos "amiguinhos" que reúne para discutir questões e programa actividades que só a eles próprios interessam.

SOBRE O TRABALHO INFORMATIVO

As informações que o Governo propaga (através dos jornais, da rádio, da TV) são apenas aquelas que lhe convêm.

É por isso que, consciente da sua crescente impopularidade, receando aumentar ainda mais o descontentamento do povo, ele tenta esconder as lutas que a população trabalhadora constantemente trava.

Da mesma maneira, quando os estudantes colocam a sua luta ao serviço da luta dos trabalhadores, nas suas notas "oficiosas" ele deturpa-a, atribuindo -lhe um significado de "distúrbios" provocados por alguns "filhos-de-família" que só querem é "fazer barulho". Por vezes, quando não conseguem impedir a simpatia da população pelas nossas lutas, as notícias oficiais nem as mencionam.

Mesmo entre as diferentes Faculdades, ou apenas dentro de uma Escola, tentam as autoridades que não haja qualquer conhecimento das posições que os estudantes tomam, das lutas que travam.

Perante a existencia duma informação estudantil critica e objectiva do que se passa dentro e fora da Universidade o Governo só tem um fito : asfixiá-la , impedir por todos os meios a sua divulgação.

É assim que aparecem os sucessivos arranques de cartazes, o policiamento dos corredores nalgumas Escolas (por bufos e por gorilas) e todas as limitações a uma actividade informativa. É assim que no Técnico o Conselho Escolar intimida os estudantes pretendendo impor ao Binómio censura prévia(1).

Em suma, o Governo pretende dificultar ou impedir toda a nossa informação, porque tem plena consciêncãa de que ela constitui um primeiro passo para um esclarecimento generalizado, um contributo fundamental para uma resposta colectiva e consequente.

Face a isto o que devemos fazer ?

Devemos sempre que possivel continuar a impor a verdadeira informação

- 1 - À população, esclarecendo-a dos factos ocorridos e do verdadeiro signi-
motivo por que os estudantes lutam na Universidade.
- 2 - Na nossa Faculdade, procurando levar a todos os nossos colegas a infor-
mação do que se passa fora dela
 - . a nível de outras Escolas
 - . nas restantes camadas da população
 - . inclusivamente a nível internacional
- 3 - Finalmente , em relação ao que se passa dentro da nossa própria Escola, dever-nos-emos esforçar por que, em cada momento, todos os estudantes es
tejam informados.



TORRE
do
TOMBO

COMO E QUE ISTO SE CONSEGUE ?

1 - Elaborando comunicados à população, sempre que o estado da nossa luta o torne necessário.

2 - Organizando a partir das Comissões de Curso, equipas de informação, tanto de acontecimentos externos à Universidade, como das lutas dos nossos colegas doutras Faculdades. Para isto, estas equipas deverão elaborar placards, jornais murais, ou artigos para o improp, preocupando-se em dar simultaneamente uma perspectiva crítica destes factos.

3 - Continuando a organizar a feitura de cartazes, continuando a manter a imprensa tal como ela é, não censurada, apenas por nós controlada, tanto sobre acontecimentos relativos a um mesmo curso - e para isso existe o IMPROP DE CURSO; como a nível de toda a Faculdade, quando as questões surgidas afectarem de uma forma mais generalizada o conjunto dos estudantes - que é o sentido da existencia do IMPROP GERAL.

POR UMA INFORMAÇÃO LIVRE E CADA VEZ MAIS AMPLA !

- (1) Por exemplo no Porto dezenas de estudantes tem processos acusados de distribuir imprensa associativa.

AS FOLHAS DEVEM SER DOS ESTUDANTES

Todos nós temos a noção

. que o estudo das matérias das cadeiras, da maneira como é exigido na faculdade não contribui em nada para que desenvolvamos a nossa capacidade crítica favorecendo pelo contrário a passividade e o embrutecimento,

. que grande parte das cadeiras são inúteis, sem qualquer aplicação prática, e se a têm ela não diz respeito às necessidades da população trabalhadora, mas sim ao aumento dos já gordos lucros dos patrões,

. que o ensino é orientado no sentido de nos empurrar para o individualismo e a competição exacerbada que ponha em segundo plano as tomadas de posição sobre os problemas da Universidade em geral e sobre a situação de exploração da população trabalhadora

Sendo assim é imediato que deveremos diminuir, na medida do possível, o tempo que gastamos no estudo dos programas.

- Para nos debruçarmos sobre assuntos que nos interessam verdadeiramente.

- Para mantermos uma vida colectiva, condição imprescindível para tomarmos posições correctas sobre as várias situações que se nos deparam.



1. a questão das folhas

A existência de apontamentos policopiados facilita-nos exatamente a obtenção de algum desse tempo livre. Escusamos de perder o tempo a recopiar apontamentos de aulas na maioria cheios de erros, ou de passar horas a consultar livros e revistas dos quais só uma ou duas páginas são exigidas.

Este foi um dos aspectos que levaram os estudantes de todas as faculdades a organizarem a feitura e venda das sebtas das cadeiras.

O outro aspecto, não menos importante, foi o facto de o dinheiro ganho nesta actividade ser imprescindível para manter uma imprensa livre, apenas controlada por nós. Isto porque os Conselhos Escolares que arrancam os cartazes e dificultam a distribuição de imprensa, nunca poderão estar interessados em a subsidiar.

2. Face a isto, as autoridades criam os Serviços Sociais, com o fim de competir economicamente com as Associações dos Estudantes

Interessados em combater este estado de coisas, as autoridades tomam duas posições:

. aliciam os professores com somas chorudas de dinheiro para que estes lhes dêem as folhas,

- . assaltam as Associações de Estudantes, destruindo grande quantidade de sebetas e roubando as máquinas que as fazem.

Ainda este ano, Medicina de Lisboa e do Porto foram assaltadas sucessivas vezes

3. Face a isto os professores têm tomado vários tipos de posições

- . professores que cedem voluntariamente as folhas

É a única posição certa que um professor pode defender. É a posição dos que não pretendem boicotar a informação e a autonomia financeira dos estudantes.

- . professores que dão as folhas a fazer aos Serviços Sociais

Assim procedem os professores que são nitidamente anti-associativos. Aqueles que fiéis servidores adas autoridades, querem por todos os meios impedir que os estudantes possam manter uma informação livre dentro da Faculdade.

Temos o exemplo do Dionísio e de muitos outros. Normalmente evidenciam-se também noutros campos: arrancam cartazes, identificam os estudantes que os põem, etc.

- . professores que pretendem estar entre uns e outros

É o caso de todos aqueles que não querem tomar uma posição definida. Ou porque "não têm tempo para fazer sebeta" ou porque "as sebetas não deviam existir porque tornam o ensino decorado..." etc etc .

Ambos os argumentos são falsos. Sobre o primeiro basta dizer que a maioria destes senhores têm apontamentos próprios pelos quais dão as aulas. Sobre o segundo toda a gente sabe que não é o facto de existir sebeta que dá essas características às cadeiras. Reparemos também que são esses mesmos senhores que nos testes e exames dirigem as perguntas para a memorização apenas da matéria...

Apesar de não quererem tomar posição estes ultimos acabam por ser auxiliares dos anti-associativos. Na prática dificultam as cadeiras, tiram-nos os tempos-livres, e sabotam a base económica da Associação.

4. Devemos continuar a organizar a feitura e venda de folhas; devemos exigí-las aos professores; devemos transformar essa actividade numa escola de trabalho colectivo.

Principalmente desde o ano passado, muitos estudantes se têm organizado por cursos e por cadeiras assegurando os apontamentos, garantindo a edição de folhas e promovendo a sua venda.

Todos nós nos temos de esforçar por trabalhar correctamente, seguindo o seu exemplo, e procurando propagandear-lo junto de todos os nossos colegas. Organizando-nos devidamente conseguiremos combater as posições erradas, demover os professores das suas posições intransigentes e generalizar os hábitos correctos de trabalho colectivo.

DIVIDIR PARA REINAR. . .

Todos nós temos uma consciência cada vez maior das deturpações e omissões de informação realizadas pelas autoridades governamentais em relação à situação geral da população.

Sabemos o que já é hábito suceder em alturas em que os estudantes perante posições de força do Governo que consideram injustas, se decidem a não permitir o funcionamento normal das suas aulas e optam por uma paralisação parcial ou total da Universidade.

Chovem então toda a espécie de notas oficiosas (ministério da Educação. Pide, etc.) mentindo descaradamente sobre o verdadeiro sentido e justificação da luta dos estudantes., procurando dar a entender à população que não se trata senão de um grupo de filhos - família, com as 'custas quentes' e pouca vontade de trabalhar.

- Pretendem assim virar a opinião do povo contra nós, isolar-nos em relação a ele, retirar-nos todo o seu possível apoio.

Lembremo-nos ainda também da atitude governamental em situações em que os estudantes em bloco se sentem atingidos. Foi o caso por exemplo do assassinato de Ribeiro Santos. As autoridades mostraram então todo o seu empenhamento em paralisar, reprimir e impedir toda a forma de reacção colectiva da Academia: invadiram Faculdades, proibiram reuniões, fizeram entrar a polícia nas Escolas, suspenderam, incorporaram, prenderam..

Finalmente o que observamos nós na nossa Faculdade?

Durante uma grande parte deste ano pudemos constatar o marcado interesse das autoridades académicas (Director, CE e alguns professores) em tentar destruir por todos os meios a nossa perspectiva de grupo com interesses comuns e a nossa organização.

Para isso procuram:

- dificultar a nossa informação, arrancando cartazes e fechando-nos as salas técnicas, prejudicando assim a edição e saída da nossa imprensa..
- impedir decisões e acções conjuntas proibindo reuniões, fechando as salas em que nós convivíamos e reuníamos (primeiro a sala de convívio principal, finalmente as chamadas salas de alfabetização)
- atemorizando-nos em relação à participação em actividades de interesse colectivo, suspendendo, incorporando quem mais se havia distinguido nelas.

Em suma, tentaram aniquilar pela força bruta, pelo terror, a nossa capacidade de resposta colectiva na Faculdade.

Perante esta situação o que fizémos? Procuramos na medida das nossas forças da altura, organizar actividades que superassem de uma forma correcta a tentativa de isolamento a que nos queriam forçar.

Uma das formas adoptadas foi a do Convívio.

Presentemente ele pode, duma certa forma, contribuir para a aquisição de uma consciência colectiva fundamental para que possamos defender consequentemente os nossos interesses.

Há que ter cuidado, no entanto com as formas de convívio escolhidas.

Os convívios como o de 'estrelas' que nos limitam a uma posição acrítica - visto que os baladeiros nunca se mostram interessados (chegando mesmo a impedir) a discussão das suas mensagens - ou os bailinhos que alguns ainda defendem esquecendo a sua função alienante, **NAO NOS INTERESSAM.**

Não nos interessa positivamente estar reunidos numa perspectiva de passividade total ou de alienação.

Isto não implica, de forma nenhuma, que optemos por uma posição derrotista de recusa a qualquer outro tipo de convívio pois existem de facto possibilidades de os fazer.

Desde actividades recreativas como excursões passando pelo desporto, até às actividades culturais (passagem de filmes, discussões sobre eles, colóquios, debates, etc.) importa é que os nossos convívios sejam um passo em frente:

- na aquisição ou no aumento de uma consciência colectiva
- na formação integral, no sentido progressista, dos que neles participam activamente - os estudantes.

Para que esta finalidade seja integralmente cumprida, torna-se necessário que sejam os próprios estudantes que colaboram nas comissões de curso, a programarem, prepararem e coordenarem estas actividades.

É desta forma, dividindo tarefas, responsando-nos pelo seu cumprimento que conseguiremos desenvolver esta actividade de um modo correcto e progressista.

Temos no entanto que ter em conta que os convívios, embora sejam realmente contributos positivos para a existência de uma vida colectiva na Faculdade só por si não resolvem a questão.

É não cedendo perante as autoridades:

- garantindo a informação entre os estudantes por meio de cartazes, improvs, e informações nas turmas.
- informando a população através de comunicados
- realizando RGAs, reuniões de curso, etc. em que se discutam os problemas em conjunto
- levando para a frente as nossas posições

que poderemos obstar eficazmente ao clima de isolamento geram a que nos pretendem votar.

○ DESPORTO

Quando se pensa em desporto na sociedade portuguesa pensa-se geralmente em competição. É assim que sempre que se fala no desenvolvimento duma actividade desportiva ela é vista no sentido da obtenção de vitórias e de títulos. É assim que se mantém a visão errada do desporto - 'desporto-alienação', 'desporto-espectáculo passivo', desporto negócio'.

Torna-se pois necessário que nós saibamos contrapor a esta maneira reacçãoária de encarar o desporto uma maneira progressista; é necessário nesta perspectiva destruir a actividade individualista com o objectivo único do título, e substituí-la por uma saudável actividade física que tenha como efeito, não a criação de rivalidades entre os estudantes, mas sim a criação de uma consciência colectiva cada vez mais forte.

É visto deste modo que o desporto se integra perfeitamente dentro das actividades de convívio tal como nós as vemos. É visto deste modo, que o desporto nos pode servir para superar a tentativa de isolamento a que nos querem forçar. É visto deste modo que ele pode servir para a formação integral no sentido progressista de todos nós estudantes de Ciências.

Mas falar de desporto não chega e por isso devemos tentar levar à prática a maneira justa como o encaramos. Para isso é necessário que se organizem dentro do espirito acima definido e com base nas Comissões de Curso, actividades desportivas que abranjam não apenas os mais aptos ou habilidosos, mas um número cada vez maior de estudantes de todos os cursos.

SOBRE AS COMISSÕES DE CURSO

Quando se trataram das questões pedagógicas, culturais, de folhas, convívio, etc. vimos da necessidade de levar determinado numero de tarefas para a frente. Que isso implicava a criação de estruturas colectivas básicas, capazes de trabalhar no sentido da sua resolução (1).

Neste texto, essencialmente destinado à especificação dessas estruturas - as Comissões de Curso - faz sentido salientar dois pontos:

- a razão de ser da sua existência
- o seu modo de funcionamento

Sabemos já que o Movimento Associativo surge para preencher duas finalidades:

- a da defesa dos interesses colectivos dos estudantes
- a de contribuir para a sua formação progressista

Nesse sentido, e para que estas finalidades sejam inteiramente cumpridas, é preciso que a actividade geral desenvolvida pelos estudantes nos seus cursos seja ordenada, coordenada e não desenvolva de uma forma puramente espontaneista.

É deste modo que nos surgem as Comissões de Curso.

Elas são portanto estruturas de trabalho, constituídas pelos estudantes mais interessados em abordar e resolver os problemas que se levantam no seu curso, e destinados simultaneamente em incentivar e dinamizar uma discussão aprofundada entre os estudantes da razão de ser desses problemas.

Não cabe assim às Comissões de Curso a decisão sobre a forma de resolver qualquer questão que se levantou.

Embora devendo analisar e estudar a solução mais correcta a apresentar ao curso, elas deverão simultaneamente preocupar-se:

- em informar e esclarecer todos os colegas do problema que se levantou
- em estimular a sua discussão
- em facilitar a todos os estudantes a exposição das respectivas opiniões
- em que seja tomada uma decisão final
- em que se adoptem as medidas que levem à sua execução prática e imediata

É uma medida em que fôr ampla a participação nestas estruturas

. que as discussões podem ser mais produtivas

. que a solução estudada venha de facto a ser a mais indicada

. que as tarefas que sempre são necessárias para a levar a cabo sejam mais facilmente cumpridas

. que a nossa força de grupo organizado, em suma, se fará melhor sentir e mais eficazmente poderá ser concretizada.

É esta a formulação geral das Comissões de Curso proposta pelos estudantes das actuais Comissões de Curso de Ciências.

Outras formulações têm sido já aplicadas em algumas escolas. No entanto elas manifestaram-se como incorrectas, desadaptadas em relação às necessidades.

Convém que as analisemos rapidamente para evitarmos vir a cair nos mesmos erros.

AS COMISSÕES DE CURSO ELEITAS

Quando esta estrutura é proposta, os seus defensores apresentam essencialmente dois argumentos:

O primeiro é o de que havendo um nucleo eleito dentro de uma comissão de curso, essas pessoas por se sentirem mais responsáveis, dinamizariam e incentivariam ainda mais toda a actividade dos colegas.

(1) Não são as unicas. Há ainda a Reunião dos Estudantes das Comissões de Curso e a Direcção para coordenar todo o trabalho associativo.

Ora isto não é verdade. Não é a eleição, por si, que torna menos ou mais responsáveis as pessoas. É sim a sua consciência crítica das situações, o seu consequente entusiasmo em contribuir para a sua alteração.

E isso é adquirido a partir do trabalho diário:

- na interpretação dos acontecimentos; na confrontação de opiniões; na discussão das possíveis soluções; no levar por diante das decisões.

O segundo argumento consiste em "que assim são mais representativos" do seu curso.

Ora acontece que a representatividade também não advém exclusivamente da eleição. Ela é principalmente a consequência de uma actuação de acordo com os interesses e colectivos dos estudantes.

Ninguém tem duvidas em reconhecer que uma Comissão, que sempre convocou reuniões quando existiam problemas que as justificassem; que apresentou soluções apropriadas para resolver as mais diversas questões e que contribuiu para o seu esclarecimento, é de facto uma parte integrante do curso. E sem qualquer dificuldade ele se declara solidário com ela.

Poder-se-ia pensar: Mas será que é preciso irmos todos quando se trata de apresentar a uma R.G.A. uma posição do nosso curso, ou de esclarecer um assistente da posição que tomámos ?

Nem sempre. Por vezes tem sentido que um curso escolha um nucleo de pessoas (ou uma só) que se encarregue precisamente dessa tarefa.

Finda esta será novamente a Comissão de Curso a responsável pelo trabalho já descrito.

E perante novas situações análogas, tornam-se a criar novos nucleos variando, se possível, as pessoas escolhidas.

Evita-se assim cair no encosto sobre alguns, um trabalho que só apresenta vantagens em ser realizado por todos.

REPRESENTANTES DE CURSO

Embora não se trate propriamente de um núcleo organizado a que se possa chamar Comissão de Curso, ele constitui, de facto, uma estrutura em princípio destinada à defesa dos interesses colectivos dos estudantes.

E como tal cabe falar sobre ela aqui.

Trata-se, como é evidente, de um indivíduo eleito pelo curso, no sentido de levar por diante todo o tipo de trabalho descrito para uma comissão inteira: Uma espécie de homem-faz-tudo-enquanto-os-outros-não-fazem-nada.

Ora como nós bem sabemos, existe ainda latente em muitos de nós aquela tentência, produto da educação que recebemos para nos afastarmos do tratamento em conjunto das questões que nos aparecem epela frente,

- refugiando-nos na solução do encosto no trabalho dos outros, e na apatia do "quem-quiser-que-se-mexa";

- ou então adoptando métodos individualistas, profundamente errados, o joguinho das cunhas, a conversa com o professor, a nauseabunda manteiguice.

Ora o hábito de delegarmos sistematicamente noutra pessoa, o representante, o trabalho que em princípio deveria ser nosso também, só vem favorecer o florescimento das tais tendências já referidas.

É em resumo, mais um passo em favor da desresponsabilização.

Por outro lado acaba por ser ineficaz: nunca pode ser uma só pessoa a conseguir pensar em todos os problemas do curso, a estudar os assuntos, a propor soluções, a executar tarefas.

E o resultado é afinal que mesmo nas situações mais simples a nossa posição não vinga; o que decidimos não é de facto levado à prática.

São estas as razões que nos levam a criticar qualquer das duas ultimas formas organizativas.

SAIBAMOS CRIAR HÁBITOS DE TRABALHO COLECTIVO !
POR UM AUMENTO DA NOSSA RESPONSABILIZAÇÃO !

NIVEIS DE DECISÃO



TORRE
TOMBO

Já vimos no texto anterior quais as funções das Comissões de Curso, qual o seu trabalho a desenvolver junto dos estudantes do curso.

Nada mais se diz, no entanto, sobre a ligação entre o trabalho nos vários cursos e sobre as estruturas que garantem a nível geral o bom andamento do trabalho associativo.

É isso que vamos procurar fazer agora.

Os estudantes de um curso têm problemas específicos a resolver. Para isso reúnem-se em Reuniões de Curso e aí decidem qual a posição que devem tomar e como a vão levar para a frente. A essa decisão fica vinculado todo o curso.

Mas porque eles frequentam uma Faculdade onde não é o seu o único curso, surgem-lhes diariamente problemas mais gerais que ultrapassam o seu âmbito e são comuns a todos os estudantes.

Esses são discutidos em R.G.A. e a decisão aí tomada abrange todos os estudantes da faculdade, que por isso a ela se devem submeter, e organizar-se para a fazer cumprir.

Desde já torna-se evidente que qualquer decisão tomada numa Reunião de Curso não pode nunca ir contra as de R.G.A.s anteriores.

Mas torna-se também evidente que se numa RGA se decide que a luta naquele momento dentro da Faculdade deve ser dirigida num determinado sentido, então a resolução dos problemas que surgirem no curso, deve estar condicionada às directrizes da R.G.A. e de acordo com isso é que o curso deve determinar a qual ou quais questões levantadas deve dar mais atenção, e como deve encará-las de modo a integrar-se na luta mais geral da Faculdade.

Por este motivo nós dizemos que a R.G.A. é um nível de decisão superior às Reuniões de Curso.

Várias questões continuam, no entanto, ainda por esclarecer:

Quem garante a continuidade do trabalho dentro da Faculdade? Quem vela porque esse trabalho esteja de acordo com o Programa aprovado pelos estudantes e com as decisões da R.G.A.?

São os colaboradores das Comissões de Curso, como estudantes mais conscientes da necessidade desse trabalho, reunidos em Reunião Geral de Colaboradores, decidem, de acordo com as propostas aprovadas em RGA, o modo de organização mais adequado e agregam à sua volta todos os estudantes para executarem tais propostas.

Também na RGC se decide qual a actuação que cada Comissão de Curso deve ter no seu curso para que o trabalho aí feito se submeta ao aprovado na RGA.

É ainda a RGC que decide no intervalo de duas RGAs qual a atitude a tomar face a novos problemas que surjam.

A RGC é, pois, responsável perante os estudantes pelo cumprimento das decisões da RGA, pela tomada de certas decisões, se não há possibilidade de convocar uma RGA.

A RGC é pois um nível de decisão inferior à RGA subordinando-se-lhe sem pre.

Responsável pelo cumprimento do Programa de Trabalho aprovado, pelo bom funcionamento das RGCs, Reuniões de Curso e RGA, pela realização do trabalho lá aprovado existe a Direcção eleita pelos estudantes.

Ela coordena e centraliza toda a actividade associativa na Faculdade e em particular prepara as RGCs, apresentando-lhes e defendendo nelas a posição que acha ser a mais correcta, porque de acordo com o Programa de Trabalho.

Submete-se, no entanto, à posição decidida em RGC, tal como esta se submete à RGA.

Por isso a Direcção é um nível de decisão inferior à RGC. (1)

Quando expomos acima os diferentes níveis de decisão e a sua respectiva subordinação, referimo-nos sempre ao trabalho associativo que deve ser desenvolvido na Faculdade.

No entanto, as reuniões de massas, tais como Reuniões de Curso ou RGAs são soberanas para decidirem os assuntos sobre os quais querem tomar posição, podendo portanto, sempre que os estudantes presentes assim o definam, tratar questões que ultrapassem o âmbito associativo.

Nessa situação não cabe à Direcção nem aos colaboradores associativos enquanto tais, submeter-se-lhes nem responsabilizar-se pelo seu cumprimento, pois isso é da inteira responsabilidade dos estudantes presentes.

Neste momento, devido às condições da nossa Faculdade será um núcleo de colaboradores que desempenhará as funções de Direcção, preparando as RGCs e coordenando todo o trabalho, mas serão todos os colaboradores os responsáveis, perante os estudantes pelo cumprimento do Programa de Trabalho que agora vai ser submetido à sua aprovação.

COMO ENCARAR A UNIDADE DOS ESTUDANTES PORTUGUESES



42

Durante o ano corrente, tal como no anterior, numerosas lutas foram travadas pelos estudantes de Lisboa.

Ao encerramento de Associações e Cooperativas, à prisão de numerosos colegas nossos, às tentativas de introdução de "gorilas" nas escolas, às suspensões e incorporações compulsivas no exército, aos tiros sobre os estudantes que participam em reuniões de discussão, ao assassinato pela PIDE do estudante de Direito, Ribeiro Santos, temos respondido procurando defender as nossas conquistas democráticas e, na medida do possível, fortalecermos o movimento associativo.

Estes acontecimentos levaram muitos estudantes a tomar consciência da ligação dos seus problemas com os dos seus colegas das outras escolas. Daí nelas tivesse nascido um desejo sincero de unidade na luta a nível de Academia.

É necessário que cada vez maior número de estudantes compreenda a importância dessa unidade e se disponha a participar nessas lutas.

Os estudantes de Ciências se examinarem com atenção todos os últimos acontecimentos da vida universitária, verão claramente que a sua raiz de fundo é a mesma daqueles que se têm verificado em Ciências.

Se por vezes o governo não age simultaneamente da mesma forma e com a mesma intensidade nas diversas escolas é pura e simplesmente por isso fazer parte da sua velha política de "dividir para reinar".

Assim, embora deseje introduzir "gorilas" em todas as escolas, começa por os colocar em Direito, passado algum tempo em Ciências e só este ano em Letras; o ataque contra as associações também é espaçado: ele não as encerra a todas simultaneamente, procurando fazê-lo uma a uma; o mesmo sucede com as suspensões, prisões, etc..

A política do governo em relação a toda a Universidade é pois uma política única: retirar aos estudantes as suas organizações e impedi-los de exercer o livre direito de reunião e informação; procurando assim transformar os estudantes em seres dóceis e subservientes que aceitem sem discussão aquilo que lhes impõem nas aulas, em indivíduos que quando saírem das faculdades obedecem cegamente a todas as ordens e imposições vindas de "cima".

A esta política única do governo devem os estudantes de Lisboa e do país responder com a sua unidade na luta pela defesa das suas conquistas democráticas, com a sua unidade na luta por objectivos progressistas: na luta por uma UNIVERSIDADE POPULAR.

Mostrar que as lutas dos estudantes de Ciências não podem ser desligadas das lutas dos estudantes das outras escolas e das lutas federativas, procurar ligar as movimentações da nossa escola com essas, definir a orientação que permita o fortalecimento da luta dos estudantes a nível geral, eis, em resumo, aquilo que se pretende com este texto.

2. SOBRE A UNIDADE. COMO SE UNIFICA A LUTA

Existem diversos tipos de unidade: assim nós poder-nos-íamos unir para ajudar o governo a acentuar a exploração do povo trabalhador (como fizeram há anos os estudantes de Lisboa que se ofereceram para ajudar o governo a combater uma greve na Carris indo para os autocarros cobrar bilhetes); poderíamos juntar-nos e dizer que estávamos muito "unidos" e éramos muito "amigos", mas no fundo cada um de nós defender posições diferentes; ou poderíamos construir uma unidade com base na compreensão dos problemas e da melhor maneira de os resolver tendo em conta os interesses do povo trabalhador. Só este último tipo de unidade serve a luta progressista dos estudantes.

Para alcançar devemos empreender todos os esforços possíveis procurando definir uma orientação que transforme este desejo de unidade numa realidade.

Isto só poderá ser conseguido se tivermos em conta a situação das lutas nas diferentes escolas.

Esta situação não é idêntica, antes pelo contrário varia de escola para escola.

Assim ao lado de escolas que têm um movimento associativo relativamente forte, surgem outras onde de é bastante fraco ou inexistente.

O número de estudantes que trabalham regularmente é também variável de escola para escola; o seu grau de consciência também é diverso estando ligado à sua experiência de luta.

Como corolário deste desenvolvimento desigual nas escolas, as orientações que os estudantes aceitam como correctas não são idênticas, sendo na alguns casos divergentes.

Isto não acontece por acaso. Até agora as lutas em que os estudantes têm participado massivamente têm sido (regra geral) desenvolvidas em torno de problemas ligados à sua escola. Estes problemas não permitem em geral que os estudantes se apercebam da raiz de fundo das questões, apenas as abordando em determinados aspectos contreditos.

Dáí que a consciência dos estudantes não seja idêntica, a nível geral e que eles optem por orientações diferentes, consoante a escola.

Quem quiser pois caminhar no sentido da unificação das lutas estudantis depara com este entrave.

Uma maneira de tentar pois "superar" esta situação seria passar pura e simplesmente por cima das divergências e mantermo-nos todos "muito unidos". Esta solução era de facto a mais simples. No entanto nem sempre aquilo que é mais simples é o mais correcto. Senão vejamos: nós estávamos todos unidos, mas para fazer o quê? De que maneira? Que lutas deveríamos travar? Que propostas deveríamos aprovar? E aqui ressaltariam as divergências. E das duas uma, ou ficávamos todos "caladinhos" para não estragar a "unidade", e por conseguinte não fazíamos nada ou então enveredávamos por uma via diferente. É que as divergências de orientação são afinal isso: a existência de objectivos, métodos de trabalho, formas de luta e formas organizativas diferentes para a condução da luta.

A única forma de podermos optar conscientemente por aquela que serve os nossos interesses progressistas é através da verificação prática.

Se uma experiência e uma consciência diferentes originaram a adopção de orientações também diferentes, há que através de uma experiência de luta comum, mostrar qual a orientação justa e quais as erradas.

Empreendendo amplas lutas federativas, discutindo em cada caso concreto a melhor forma de avançar, tirando ensinamentos das lutas travadas, os estudantes irão pouco a pouco caminhando no sentido da construção de uma sólida unidade.

Este caminho é o mais longo e o mais difícil, mas é o único que permite que a unidade forjada não seja uma unidade "podre" (em que cada um puxa para seu lado), mas sim uma unidade forte e saudável, porque tem por base uma forte consciência dos estudantes dos seus problemas e da melhor maneira de os resolver.

Este caminho é o da confrontação constante, na luta federativa, das diversas orientações.

3. QUAIS OS PASSOS A DAR NESTE MOMENTO

Na condução do movimento pela RIA, por Meetings ou por Plenários os estudantes devem ter em conta o estado geral do movimento e o seu desenvolvimento desigual de escola para escola.

As decisões federativas devem contribuir para o fortalecimento do movimento associativo. Tendo em conta que as lutas de escola têm predominado na da em relação às federativas (alguns casos há em que nem lutas de escola têm havido) é necessário que a curto prazo o movimento ~~crie~~ crie estruturas enraizadas em cada escola que desenvolvam trabalho associativo e despertem a consciência dos estudantes.

Dai que a linha fundamental do trabalho a nível geral deva ser aquela que permita a criação e o fortalecimento das estruturas associativas nas escolas. A este objectivo se deve subordinar o desenvolvimento das lutas associativas. Só a partir de bases sólidas nas escolas se pode criar um movimento federativo forte.

A tendência (errada) de alguns estudantes para desenvolverem, através das associações, acções muito avançadas que não tenham em conta esta situação, leva a que em vez de combatermos os males do movimento estejamos pelo contrário a contribuir para o piorar.

Resumindo: Nós defendemos como linha geral para o trabalho federativo, o desenvolvimento de amplas acções federativas de massas que procurem enquadrar a esmagadora maioria dos estudantes, organizando-os no trabalho associativo.

Nós defendemos que essa linha geral passa neste momento pelo fortalecimento e criação de estruturas associativas nas escolas.

Nós opomo-nos à condução por parte das Associações de acções que contribuem para a criação de um fosso entre os estudantes mais activos e a larga massa estudantil.

Para que as lutas possam avançar é necessário que elas sejam coordenadas e dirigidas.

Para que a luta dos estudantes de Lisboa avance são necessárias estruturas de coordenação e de direcção do movimento.

Na situação actual não é de esperar grande coisa de tais estruturas. O facto das orientações das direcções das escolas serem bastante distintas leva a que as RIAs (Reuniões Inter Associações) não cneguem a posições unânimes ou unitárias para a condução da luta federativa.

Dai que nas reuniões que se efectuam (Meetings federativos, Plenários) surjam propostas diferentes apresentadas pelas diversas direcções, só muito raramente aparecendo uma proposta única.

Não se deve deduzir daí a inutilidade da RIA. De facto esta pode desempenhar um importante papel quer seja no campo informativo, convocação de reuniões, troca de experiências, etc.

Não se deve é esperar que a RIA passe a desempenhar um papel de direcção federativa. Isso na situação actual seria utópico.

Neste momento a RIA é inoperante. Aliás já não se realiza nenhuma há cerca de um ano.

Para isso contribuíram não só a situação que descrevemos anteriormente, mas também, e decisivamente, os vícios entranhados nesta estrutura.

Desde a defesa de provocadores (como o caso do Jara), passando pelo direito de voto em RIA de direcções não associativas (como o caso da direcção de Veterinária do ano passado) e pelo afastamento oportunista do movimento associativo dos liceus, com base numa aplicação abstrata dos princípios do MA (enquanto outras delegações de escola não eleitas e uque não desenvolviam trabalho permaneciam em RIA), até à ingerência em assuntos não associativos (como a tentativa de realização de reuniões "fechadas" para tratar assuntos que ultrapassam as Associações), boicotes de acções dos estudantes com as quais as Associações nada têm a ver (o secretariado da RIA de 68/69 e o de 70/71 boicotaram duas manifestações mandando dispersar os estudantes) tenta

tivas de impedir que os estudantes decidam sobre assuntos não associativos (o secretariado de RIA de 68/69 meteu uma proposta ao bolso, num Plenário, que falava na marcação de uma manifestação), etc..

Todos estes vícios levaram a que a RIA deixasse de existir.

4. PROPOSTA CONCRETA PARA O FUNCIONAMENTO DE RIA

Por isso propomos como condição para a nossa participação em RIA:

- 1º Autocrítica da RIA em relação à sua posição face ao caso Jara e ao caso do MAEESL.
- 2º Não às RIAs fechadas e às tentativas de RIA de se imistuir em lutas não associativas (seja para as boicotar ou para as dirigir).
- 3º Não ao controle dos Plenários e reuniões de massas pela RIA. Sim ao controle dos Plenários no que diz respeito às lutas associativas. Nos outros casos devem ser os estudantes a controlar as reuniões(1)
- 4º Não à aplicação abstrata dos princípios associativos sem ter em conta a situação concreta de cada escola. Sim à defesa intransigente dos princípios do MA no sentido indicado anteriormente.
- 5º Não às delegações de escola que não desenvolvem qualquer trabalho associativo. A eleição de uma direcção não deve servir, por si só de critério para se ter voto em RIA. O único critério justo é o trabalho associativo desenvolvido.
- 6º Sim ao quorum mínimo(2). Este deve ser definido depois de eliminadas as escolas em que não se faz trabalho.
- 7º Que enquanto a RIA não entrar em funcionamento a coordenação das lutas federativas seja feita através de Meetings para os quais se convoquem todos os estudantes interessados.

(1) - Como é evidente, neste caso as estruturas associativas não ficam vinculadas às decisões que daí saírem que saiam do âmbito associativo. Não podem portanto boicotá-las.

(2) - quorum - número mínimo de escolas para que um RIA se possa realizar.



ASSIM LUTAMOS PELA ASSOCIAÇÃO

Como temos vindo a constatar, nas mais diversas situações as autoridades (professores, Conselho Escolar, etc) opõem-se-nos quando tomamos posições que achamos justas, face aos problemas que nos surgem: são, além do mais, os professores e os contínuos que fazem denúncias e a entrada dos vigilantes na Universidade, são as prisões dos estudantes, todo um ensino de matérias que não nos interessam.

Para obstar a este estado de coisas, os estudantes organizaram-se colectivamente nas Associações dos estudantes (organismos sindicais-legais).

É nas AAEE que os estudantes se organizam para :

- .garantir uma imprensa livre
- .resolver os problemas pedagógicos, analisando as suas verdadeiras causas
- .desenvolver a sua capacidade crítica perante as diferentes situações que se lhes deparam
- .assumir tomadas de posição conjuntas, ganhando hábitos colectivos de trabalho.

Ora, para garantir todo este trabalho, é importante a existência de um aparelho técnico de imprensa e propaganda, salas de trabalho e convívio e de uma autonomia económica (que cubra as despesas do papel, tinta, etc).

O aparelho associativo é importante para garantir o trabalho de uma Associação.

Mas confundir a AE com as suas instalações é errado!

Elas são apenas uma das suas partes constituintes. Uma Associação é um todo mais geral: compreende ainda parte das movimentações colectivas dos estudantes e as suas estruturas colectivas (comissões de curso, Reuniões gerais de colaboradores, etc).

De há dois anos para cá, o governo tem vindo a encerrar sucessivamente as nossas instalações: foram as salas de convívio, a secção de folhas, a papelaria, e ultimamente as salas de alfabetização.

Mas todos nós sabemos que o trabalho associativo, esse não parou!

Quando, nessa altura, o governo encerrou a maior parte das nossas instalações, perseguiu a direcção por nós eleita, prendeu mais de uma dezena de colegas nossos e fez calúnias sobre o nosso trabalho, queria com isso impedir-nos de tomar posições colectivas; contra os professores-polícias; contra a afixação de matéria; pela defesa dos nossos interesses nas turmas, nos anos, nos cursos, na faculdade; pela liberdade de informação à população do que se passa na Universidade.

E, como é natural, nós reagimos violentamente, decretámos greve a exame pela reconquista das nossas instalações, pelo fim da perseguição aos elementos da nossa direcção e pela libertação dos colegas presos.

Mas nós não pusémos toda a nossa luta a reboque da abertura das salas; antes a continuámos!

Isto não significa, no entanto, que a perda das instalações não nos seja prejudicial. E isto porque dificulta todo o nosso trabalho de defesa dos interesses colectivos dos estudantes, tal como os consideramos: até para fazer um simples cartaz e informar todos os estudantes do que se passou numa reunião de comissão de curso é necessário recorrer a outra escola, implicando este facto toda uma perda de tempo e energia, importantes para outras tarefas.

Mas nós não ficámos parados.

Garantimos o prosseguimento do trabalho que vínhamos fazendo:

- continuando a impôr a nossa informação e as nossas reuniões
- reagindo violentamente contra a tentativa dos gorilas para a boicotar.

Lutámos assim por uma Associação que serve para os fins que definimos por uma associação não fantoche.

Também agora não vacilaremos!

- reforçaremos as nossas estruturas organizativas, alargando-as cada vez mais
- procuraremos conseguir melhores condições técnicas para o desenvolvimento de cada tarefa.
- opor-nos-emos sempre a qualquer tentativa para nos aniquilar.

Só assim levaremos para a frente o trabalho previsto neste programa:

POR UMA CONSOLIDAÇÃO DO TRABALHO ASSOCIATIVO!

POR UMA VERDADEIRA ASSOCIAÇÃO; POR UMA ASSOCIAÇÃO NÃO FANTOCHE!